

ESCOLA PÚBLICA E COMPETÊNCIA ESCOLAR

O caso do Colégio Culto à Ciência

CANTUARIA, Adriana Lech -FE-Unicamp

GT: Sociologia da Educação /n.14

Agência Financiadora:. CNPq

Este artigo enfoca alguns elementos dos complexos processos que têm impedido a escola pública de atender de fato aos grupos menos privilegiados em suas demandas por uma escolarização de qualidade, a partir da história de um colégio público de Campinas, SP, o Culto à Ciência, particularmente no que se refere à maneira como este interagiu com as modificações na organização do ensino brasileiro e com a estrutura social da cidade.

Essa tradicional instituição escolar, fundada em 1873 por e para representantes da oligarquia cafeeira, garantiu a várias gerações uma escolarização semelhante a dos seus pais e avós. Foi responsável, durante décadas, pela escolarização dos filhos de famílias dos grupos altos e médios da região, tornando-se a principal referência escolar da cidade por quase um século, fato que articula-se à imagem que construiu e manteve, de espaço de formação de dirigentes da cidade, do estado e mesmo do país.

A aura que envolveu o colégio durante tanto tempo e apoiou com eficácia a sua ambição de impor-se como espaço de produção da competência escolar em Campinas, entretanto, diluiu-se no princípio dos anos 80, quando este incorpora-se definitivamente ao universo homogeneizado das escolas da rede pública estadual.

As transformações econômicas e sociais e a decorrente alteração nas demandas de escolarização das elites campineiras nos permitem melhor compreender a desvalorização do Culto à Ciência como produtor de competência escolar, o que viria a ser concretizado com as alterações provocadas pela reforma educacional de 1971.

O recorte analítico relaciona a história do colégio a dois momentos específicos da história de Campinas e do Brasil, o de implantação e consolidação da república e o que se seguiu ao milagre econômico, incluindo o exame das propriedades sociais de uma turma específica de alunos, a de 1976, a última a ser imunizada quanto às diretrizes da reforma, considerada aqui um marco do início da transformação institucional que se seguiu.

Campinas e a República: gênese social do Colégio Culto à Ciência

As condições especiais em que foi criado, particularmente, as propriedades sociais de seus fundadores, levaram o Culto à Ciência a ocupar uma posição de destaque no espaço escolar campineiro. Se o montante de capital econômico e social dessas pessoas e das famílias que dele se utilizaram, por si só já lhe garantiriam o status de escola de elite, seu prestígio deve-se também ao fato de que a origem e história do colégio vinculam-se estreitamente às origens e ao desenvolvimento do Movimento Republicano, que tinha entre os seus fundadores alguns de seus mais importantes militantes.

Estes agentes, que mais tarde a historiografia incluiria num grupo denominado “Republicanos Históricos”¹, além de características sociais comuns (eram fazendeiros, bacharéis e maçons) compartilhavam a convicção de que a Província de São Paulo, de cuja imagem, para eles, Campinas era indissociável, merecia um destaque político e cultural condizente com sua importância econômica, ambição que somente a República tornaria possível.

A necessária ampliação das bases partidárias serviu-se de sofisticadas estratégias da propaganda republicana. Acreditando que Campinas deveria constituir-se um exemplo concreto do porvir da República, os republicanos mostraram-se militantes articulados, difusores competentes do ideário e executores incansáveis de seus projetos.

A Educação recebeu investimentos de porte: criaram, na cidade e na zona rural, escolas gratuitas de ensino elementar e técnico para a lavoura, além de escolas noturnas de alfabetização de adultos e também um grande colégio, o Culto à Ciência.² Idealizado nos moldes do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro³, o colégio ao mesmo tempo que atendeu às expectativas das elites quanto à escolarização de seus filhos, basicamente a preparação para ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo, foi utilizado amplamente na propaganda republicana, pela equiparação simbólica de Campinas à capital do Império.

A vinculação com o grupo republicano, preocupado com a divulgação e consolidação de sua imagem e da de sua cidade num cenário mais amplo, garantiria ao

¹ Trata-se de um grupo constituído por figuras importantes na estruturação do Partido Republicano e na difusão de seu ideário. Vários deles ocuparam mais tarde posição de destaque na Primeira República.

² Ver Moraes(1981)

³ Em 1901 o Culto à Ciência foi oficialmente equiparado ao Ginásio Nacional, antigo PedroII. Na prática, isso significava que seus diplomas davam acesso automático a todas as Academias do país. Ver Paula (1946)

colégio uma certa aura mítica, consolidada a partir da Proclamação da República, e da grande importância política alcançada por vários de seus fundadores⁴.

Por outro lado, é no momento em que a instituição, inicialmente particular, é tornada pública, em 1896, que surge a identificação desta com a cidade e sua população como um todo: o Culto à Ciência passou a ser “o colégio de Campinas”, apesar de uma rápida análise da lista de aprovados nos, agora obrigatórios, exames de seleção mostrar que a clientela pertencia aos mesmos grupos que dele já se utilizavam.

A neutralização de uma “escola de prestígio”

No início da década de setenta o Culto à Ciência ainda era uma opção interessante para a educação dos jovens pertencentes aos grupos campineiros dominantes.

Cenário da formação de várias gerações de suas elites, ainda era visto como um espaço de socialização suficientemente protegido e de formação eficaz, apoiado na imagem de colégio “forte”, corroborada pelas trajetórias bem sucedidas de vários de seus ex-alunos.⁵ Além disso, a rotina dos concorridos exames de seleção e das rígidas avaliações ao final de cada ano, conferia um caráter meritocrático à carreira dos alunos e valorizava os diplomas obtidos⁶.

A formação gratuita, por outro lado, parecia atender às expectativas das famílias de muitos outros grupos sociais, consistindo uma opção viável a partir de investimentos pessoais, independentemente do montante de capital econômico acumulado por essas famílias. Como conseqüência, ocorre uma alteração na configuração do alunado, que passa a ter como característica a diversidade social.

A partir desse período, porém, percebe-se que as famílias dos grupos dirigentes passam a afastar-se do colégio. Na memória dos ex-alunos e ex-professores, isso está irremediavelmente ligado à reforma do ensino advinda com a LDB de 1971, cujos efeitos sobre o colégio teriam sido sentidos de forma paulatina ao longo da década.

⁴ Nomes como Manuel Ferraz de Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos, Américo Brasiliense, Jorge Miranda, Alberto Salles e outros que figurariam entre os mais importantes representantes do futuro Partido Republicano Paulista ocuparam postos de destaque como deputados, senadores, governadores de província, e embaixadores, além da presidência ocupada por Campos Sales.

⁵ Além dos conhecidos Santos Dumont, Júlio Mesquita e Guilherme de Almeida e de inúmeros profissionais liberais e empresários de destaque, saíram dos quadros do Culto à Ciência, durante o século XX, pelo menos sete ex-prefeitos de Campinas, três reitores da PUCCAMP, um vice-governador, vários secretários de Estado, diplomatas, desembargadores, artistas e cientistas, estes ligados em sua maior parte ao Instituto Agrônomo e à USP. Ver Affonso e Pinto (1986)

⁶ Os exames de seleção a que me refiro aqui constituíam uma prática interna do Colégio desde sua transformação em Ginásio Estadual. De caráter classificatório e eliminatório, eram abertos à população.

A transformação dos cursos primário e ginásial em 1º Grau, que começou a vigorar em 1972, foi a primeira das diretrizes implantada, mas seus efeitos não foram especialmente sentidos: a rotina de exames de seleção foi mantida, só que agora para a 5ª série do 1º Grau e para a 1ª série do 2º Grau. As determinações do novo projeto de reforma do ensino público que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo queria fazer cumprir em 1975, entretanto, resultaria em transformações substantivas.

Tendo como objetivos declarados a inserção da escola na comunidade, a democratização real do ensino e o desestímulo à preferência por determinados estabelecimentos, o plano previa a redistribuição da rede física escolar, adaptando-a às necessidades da demanda, principalmente ao nível do 1º grau, além do remanejamento de alunos por zoneamento. A intenção, segundo o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira, era “neutralizar as chamadas *escolas de prestígio*, principalmente nos municípios do Interior, onde servem de orgulho e motivação política, provocando ao mesmo tempo uma discriminação em detrimento de áreas prioritárias”⁷.

No caso do Culto à Ciência, as medidas incidiam diretamente sobre o Regime de Autonomia, garantido ao colégio desde 1963.⁸ Além disso determinavam a extinção do curso ginásial, o fim dos processos seletivos e a distribuição de vagas aos moradores da região da cidade onde está situado.

Essas modificações administrativas significavam uma profunda mudança das características sociais da sua clientela, já que excluía os filhos dos grupos privilegiados, que haviam há muito abandonado a região (objeto de uma desvalorização social importante).

Contra isto reagiu uma parcela significativa da sociedade campineira. Foram criadas comissões de professores, de pais e de ex-alunos, numa tentativa de sensibilizar as autoridades, jornais da cidade e da capital posicionaram-se em defesa do

⁷ Palavras proferidas em encontro com prefeitos de municípios da Grande São Paulo e publicadas no artigo “Campinas defende o ‘Culto à Ciência’, O Estado de São Paulo”, 02/11/1975.

⁸ Fruto de conquista política e justificado pela alta qualidade do ensino ali ministrado, o regime de autonomia subordinava o estabelecimento diretamente à Secretaria de Educação, de forma, no entanto, relativa. A maioria das decisões de caráter pedagógico e administrativo podia ser tomada pelos órgãos internos ao colégio, a Congregação e a Diretoria, sendo esta composta por um diretor e um vice-diretor, nomeados pelo governador mediante indicação da Congregação. Disposições sobre grade curricular, cursos e atividades paralelas, critérios de contratação de professores e processos de seleção, por exemplo, eram prerrogativas da instituição. Ver “Colégio Estadual Culto à Ciência é desde ontem autônomo”, Diário do Povo, Campinas, 07/02/1963

colégio e a Câmara Municipal emitiu protestos oficiais, numa mobilização aparentemente bem sucedida.

A Secretaria da Educação decidiu preservar o caráter unitário do Culto à Ciência, que foi obrigado, entretanto, a criar turmas de 1ª a 4ª séries, mas foi aos poucos implantando as medidas previstas, inclusive algumas com consequências pedagógicas importantes. A primeira delas, foi a substituição do antigo currículo, de caráter propedêutico, pelo profissionalizante, o que restringiu muito as chances de aprovação nos vestibulares dos cursos e universidades mais prestigiadas. A segunda foi a interferência radical nas condições de trabalho dos professores, afastando progressivamente muitos profissionais competentes, recrutados para compor os quadros de escolas privadas e das universidades.⁹

A partir desse momento foi flagrante o êxodo das famílias privilegiadas, que passaram a ver no segmento privado a única opção viável de escolarização para seus filhos, invertendo a lógica que conectava determinadas trajetórias escolares bem sucedidas à passagem pelo ensino público. Em pouco tempo o colégio se diluiria no conjunto homogeneizado das escolas públicas, ineficazes para garantir uma escolarização de qualidade.

No entanto, uma rápida leitura de qualquer compêndio de história da educação no Brasil¹⁰ mostra que essa foi apenas mais uma, das muitas reformas educacionais com as quais teve que se haver o Culto à Ciência durante este século. Por que então os efeitos dessa reforma particular teriam sido tão decisivos para a retirada do Colégio do quadro das melhores escolas?

Para se compreender a dissolução da imagem do colégio e, *a fortiori*, a sua mudança de lugar na hierarquia escolar campineira é necessário ir além da identificação das medidas administrativas que o afetaram no bojo da publicação da LDB/71 e relacionar as modificações sofridas por ele às mudanças que ocorriam nos

⁹ Em entrevista realizada em Fevereiro de 2000, um ex-professor de Português do colégio atribui a dissolução de seu corpo docente a dois fatores: o fim da autonomia, e a decorrente submissão dos professores aos critérios oficiais de ingresso e remoção, e à mudança do perfil da clientela. Segundo ele, depois da reforma, os professores mais novos na Rede Pública foram obrigados a retornar a suas escolas de origem e os não concursados, a permanecer apenas na rede privada. Alguns foram para a PUCC e Unicamp e os mais antigos aposentaram-se ou terminaram suas carreiras em escolas menores, “menos complicadas”. Este processo teria sido agravado, segundo sua opinião, depois da transferência, para a Divisão de Ensino, do antigo diretor Telêmaco Paioli Melges, fazendo com que muitos dessem novos rumos às suas carreiras.

¹⁰ Ver, por exemplo XAVIER, RIBEIRO e NORONHA (1994).

espaços econômico e social de Campinas na mesma época, analisando também os conflitos e tensões que costumam acompanhar a implementação de uma legislação específica.

Concretamente, a pesquisa identificou uma movimentação do alunado no interior do espaço escolar que antecede a Reforma, com a transferência significativa dos filhos de algumas das famílias abastadas para a rede particular, ao mesmo tempo em que novos grupos passavam a se utilizar do colégio, alterando a configuração de sua clientela.

A lógica subjacente às escolhas escolares das famílias só pode ser apreendida, entretanto, se considerarmos a dupla função da escola: não apenas a de produção de força de trabalho que atenda às demandas específicas do espaço de produção econômica mas também a de produção de agentes socialmente inseridos, em conformidade com as expectativas de seu grupo familiar (Bourdieu e Boltanski, 1977). As trajetórias de escolarização dos seus filhos tornam-se compreensíveis apenas quando relacionadas à história e os impasses vividos pelos grupos sociais a que pertencem, e, no caso, parecem vincular-se estreitamente às transformações da estrutura social da cidade a partir dos anos sessenta.

Os efeitos da industrialização no espaço escolar

A complexificação do espaço econômico da cidade, iniciada com o processo de industrialização nacional na década de 50, intensificou-se nas duas décadas seguintes como consequência direta da desconcentração industrial relativa ocorrida após a expansão produtiva da região metropolitana de São Paulo. A modernização da agricultura na região acabou gerando um forte segmento industrial agroprocessador e levou à instalação de grandes empresas de capital estrangeiro no município e seu entorno, processo impulsionado pela criação da Unicamp, e de vários institutos de pesquisa e empresas do setor de telecomunicações e microeletrônica¹¹.

Os esforços do poder público para transformar Campinas em pólo industrial envolveram não apenas incentivos tributários e outros benefícios, mas também estimularam a migração visando atender à demanda de mão-de-obra. A imagem de cidade próspera, com bons indicadores sociais como saúde, educação, taxa de

¹¹ Ver Baeninger, Espaço e tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista, 1996.

mortalidade infantil, habitação, etc, servia como chamariz, desviando de certa forma o fluxo migratório rumo à capital.

Dos 333.981 habitantes, em 1970, 52,6% eram não-naturais do município, contra 43% dos 183.684 recenseados em 1960 chegando a 61% de uma população de 664 mil pessoas - já com uma população favelada estimada em 44.815 - em 1980. Do contingente chegado a Campinas na década de 70, 41% não apresentavam nenhum grau de instrução e 32% apresentavam apenas o primário/elementar, atraídos pela expansão do “setor informal”. Ao mesmo tempo, as demandas da moderna estrutura produtiva e do aquecido setor terciário reforçaram o aumento da população de profissionais liberais, engrossando a classe média e produzindo uma estrutura social complexa e diferenciada. Segundo dados do IBGE, em 1980, 71,5% da população com curso superior era formada por não-campineiros. (Baeninger, 1996)

O processo de urbanização no início da segunda metade do século era razoavelmente controlado pela administração municipal e obedecia às normas definidas no Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, uma ampliação do primeiro projeto de urbanização da cidade, conhecido como Plano Prestes Maia.

A partir do Plano original, que começou a ser elaborado em 1934, a tendência de urbanismo positivo-ilustrado que se implantou em Campinas baseava-se no atendimento às demandas operativas da cidade, pretendendo-se também agente civilizatório. A partir deste postulado, o plano disciplinava a direção do crescimento (incorporando novas áreas às já urbanizadas), as características dos imóveis e as funções urbanas, criando zonas de uso e ocupação do solo. A zona comercial bem definida, os bairros divididos por categorias sócio-econômicas de seus moradores e com limites nítidos entre si, contribuíam para acentuar a idéia de ordem e de ausência de contradições¹².

Modificando a cidade, os espaços vazios se multiplicavam em busca de valorização, regiões centrais foram desvalorizadas para uso residencial, enquanto surgiam cortiços. Áreas já urbanizadas foram verticalizadas, antigos bairros operários foram incorporados para moradia de grupos médios, enquanto famílias de baixa renda

¹² Sobre o Plano Prestes Maia e desenvolvimento urbano em Campinas ver Badaró, Campinas: O despertar da modernidade, 1996.

instalaram-se em novas vilas e loteamentos cada vez mais distantes, quando não nas primeiras favelas⁵.

As alterações no espaço escolar, simultâneas à transformação física, econômica e social da cidade, processaram-se em vários sentidos. A Rede Pública foi ampliada, principalmente com a instalação de Grupos Escolares, nos bairros proletários mais afastados. O perfil do alunado dos colégios públicos e particulares mais antigos sofre profundas alterações, e são fundadas novas escolas privadas, inclusive duas “escolas de americanos”, seletivas particularmente quanto ao perfil econômico de sua clientela, erguidas em pontos distantes do Centro, mas próximas ao eixo com maior tendência de valorização imobiliária.

Aos diversos grupos sociais, frente a um espaço social e econômico relativamente flexível, surgiam possibilidades de organização, negociação e inserção dependendo de sua capacidade de investimento e do tipo de capital de que dispunham. A escolarização dos filhos, como momento privilegiado para a construção de diferenças sociais, constituía um dos territórios importantes onde se negociava essas novas possibilidades.

O aumento e a diversificação da clientela nos antigos redutos educacionais dos grupos privilegiados desencadearam, em contrapartida, um movimento de reorganização de investimentos educacionais visando preservar ou acentuar diferenças sociais que haviam sido até então úteis para o bom posicionamento social dos grupos dirigentes tradicionais de Campinas.

Até esse período observava-se uma curiosa falta de adesão dos grupos dirigentes da cidade a algumas escolas privadas fundadas ao longo do século, mesmo que entre elas estivessem instituições bastante antigas. Essas escolas, confessionais ou laicas, aparentemente não atraíam os mesmos grupos sociais que os tradicionais e públicos Colégio Culto à Ciência e Escola Normal (fundada em 1902), indicando uma clara divisão no espaço escolar da cidade⁶.

⁵ Ver Badaró, op. Cit., 1996 e também Semeghini, Campinas (1960-1980): Agricultura, Indústria e Urbanização, 1988.

⁶ Uma escola privada constituía exceção neste grupo: o Colégio Progresso, fundado em 1900 por praticamente o mesmo grupo que fundou as outras duas. Estas escolas não ofereciam todos os níveis de ensino, havendo uma complementariedade de funções entre elas. O trânsito de alunos entre estas instituições era então comum.

Essa idéia, entretanto, é fortemente desafiada quando são fundados na cidade as escolas americanas, que atraíram desde logo uma parcela importante dos grupos dirigentes.

Embora se possa afirmar que uma parte dos alunos tenha se dirigido a essas instituições devido ao insucesso no processo de seleção ou no percurso escolar iniciado no Culto à Ciência (interpretação de algumas mães de alunos do colégio na época), sem dúvida existe uma lógica que une o sucesso dessas escolas às modificações na estrutura social da cidade. Um exame cuidadoso mostra que a educação oferecida por elas era coerente com as novas necessidades com que se viram confrontados esses grupos e que foram surgindo durante o processo de desenvolvimento de Campinas.

A formação das elites campineiras nesse momento respondia a necessidades bastante diferentes daquelas das primeiras décadas do século XX. Ao longo do período, fazendeiros e bacharéis cederam lugar a industriais, empresários e profissionais liberais, com posição garantida pelo capital econômico e social acumulado por suas famílias.

A modernização fez com que novos grupos médios ascendentes (oriundos da própria cidade ou migrantes) pleiteassem posições dominantes nesse espaço.

Nessa nova situação, o sistema meritocrático garantido pelos colégios públicos tradicionais tornava-se uma ameaça à sobrevivência social dos grupos dominantes mais tradicionais. O sistema de exames altamente seletivos, deixava de ser suficiente para deter a entrada, nesses espaços de socialização, dos filhos dos novos grupos, que também poderiam apresentar suficiente preparo escolar para enfrentá-los.

Já as duas novas escolas americanas¹³ possuíam várias características comuns capazes de seduzir as famílias dos grupos dirigentes, como a seletividade econômica, o atendimento a famílias com uma certa homogeneidade de acesso a bens culturais e, sobretudo, ofereciam uma educação “internacional”, importante fator de diferenciação nesse momento de ampliação de oportunidades de trabalho junto às empresas multinacionais da região. Uma formação mais cosmopolita, tradicionalmente encarada como investimento cultural, impunha-se agora como uma importante modalidade de investimento econômico.

¹³ Ambas funcionam até hoje: Uma é laica e segue o currículo Americano, a outra é católica e segue o currículo nacional.

O ingresso nos quadros dirigentes de grandes indústrias e mesmo de constituição de parcerias, cursos de graduação e pós-graduação no exterior (que conferiam prestígio social e profissional), alianças matrimoniais eficientes e muitas outras possibilidades, consistiriam lucros prováveis deste investimento.

O lugar social do Colégio Estadual Culto à Ciência

O Culto à Ciência, ao contrário, se empenhava em manter sua posição no espaço escolar apoiado na tradição “ensino forte e disciplina”, por meio de mecanismos que diminuíssem o impacto que as transformações vinham imprimindo ao perfil de sua clientela.

Durante a primeira metade do século, a origem social de seus alunos era controlada, mais que pelo rigor de seus critérios de admissão e aprovação, pelas barreiras e limites que o próprio sistema de ensino impunha à escolarização dos grupos menos favorecidos. Com a complexificação gradual do espaço social, entretanto, as práticas pedagógicas que regulavam a entrada e saída de alunos do colégio não foram suficientes para deter a ampliação da base de recrutamento de seus alunos, que tornou-se bastante diversificada.

Se para alguns destes alunos a ação pedagógica exercida pelo colégio significava a garantia de reprodução das posições privilegiadas já ocupadas, para outros prometia a apropriação das condições necessárias para o acesso às posições dirigentes caracterizadas por uma alta escolarização, evidenciando as várias possibilidades de utilização da escola como fator de ascensão social.

Aparentemente, as estratégias de manutenção da antiga “meritocracia”, se não atenderam às expectativas de todos, pelo menos não decepcionaram nem os novos grupos e nem uma parcela razoável das famílias dirigentes que continuariam a disputar, por algum tempo ainda, este espaço de escolarização.

Quando os formandos de 1976 ingressaram na 1a. série do curso ginásial, em 1970, o Culto à Ciência ainda era um “colégio de campineiros”. Um estudo das listas de matrícula do colégio realizado por mim, permite ver que a porcentagem de 29,6% alunos não nascidos em Campinas num total de 338 alunos não refletia os dados apontados pelo IBGE para a cidade neste ano. Por outro lado, embora deste total uma

parcela pouco significativa fosse proveniente de outros países, mais de 10% do número total dos pais eram estrangeiros, contra um índice de 3% de imigrantes no município¹⁴.

O crescimento físico da cidade também não era ainda evidenciado pelos dados relativos ao bairro de procedência dos alunos. Cerca de 77% vinham de áreas centrais, sendo que do restante, quase 2% provinha de zonas rurais e 21% de bairros operários antigos ou recém formados.

Estes bairros centrais, contudo, encontravam-se já bastante diferenciados: alguns deles constituíam redutos tradicionais de grupos médios e privilegiados, outros, em processo de estruturação, abrigavam os novos grupos médios ascendentes, enquanto que os mais antigos, que em outros tempos viveram seu apogeu, encontravam-se em franco declínio como zona residencial, passando a ser habitados basicamente por migrantes e imigrantes¹⁵.

Constituindo-se um dos indicadores de propriedades sociais, os dados sobre bairros de origem dos alunos permitem antever a tendência à heterogeneização da clientela do Culto à Ciência na década de setenta, consubstanciada aqui na turma de formandos de 76.

Já a análise dos dados sobre ocupação dos pais permite um melhor delineamento desta configuração. Isso foi feito a partir do levantamento de informações nas listas de matrícula do período e as ocupações dos pais e mães, que foram enquadradas na tabela de ocupações proposta por Nelson do Valle Silva em 1992 como um instrumento de análise da estratificação social brasileira a partir da década de sessenta.

Na turma de 1976 foi possível encontrar representantes de quase todas as categorias ocupacionais citadas por Valle Silva (1992), das mais às menos qualificadas, em proporções razoavelmente coerentes aos dados referentes à P.E.A. (população economicamente ativa) da cidade no período. Observa-se, contudo, que entre os grupos que mais se utilizaram da escola, ocupa lugar de destaque o dos pequenos proprietários urbanos. O significado deste dado entretanto só pode ser apreendido quando confrontado

¹⁴ Baeninger, op. Cit., pág 54.

¹⁵ Entre os vários fatores que provavelmente contribuíram para isto é possível citar a proximidade destes bairros e as estações ferroviária e rodoviária, a facilidade de acesso ao centro comercial, que aliás crescia em direção a estes bairros e o preço dos aluguéis.

com pesquisas sobre mobilidade social ou sobre a utilização da escola como estratégia de inserção e ascensão social.

Segundo vários estudos, a história familiar mais comum dos profissionais que vão ocupar os novos postos de trabalho abertos pelo crescimento econômico que acompanhou a industrialização indica uma trajetória de ascensão no interior dos grupos médios, com a transformação de grupos de proprietários, pouco instruídos, na geração dos avós, em profissionais na geração dos pais (Almeida, 1999; Romanelli, 1986). A predominância de pequenos proprietários entre os pais dos alunos da turma que se forma em 1976 no Culto à Ciência mostra que o mesmo padrão se repete ali.

No entanto, os pais pequenos proprietários dividem o colégio com um outro grupo um pouco menor, cuja ocupação enquadra-se nas categorias com maiores requisitos de qualificação, incluindo escolaridade de nível superior.

A ocupação das mães, mostra superioridade numérica das “donas de casa”, o que não chega a surpreender, principalmente em função da época retratada. Chama a atenção entretanto, entre as mães que “trabalham fora”, a grande porcentagem de professoras, principalmente entre os rapazes. Esses dados parecem corroborar a associação, já notada por outros autores, entre mães professoras e carreiras escolares bem sucedidas dos filhos (Baudelot e Establet, 1992).

Outro aspecto a ser considerado é que, embora sendo em sua origem um colégio masculino e tendo mantido essa imagem mesmo após ter se tornado misto, a turma de 1976 apresenta uma razoável superioridade do número de moças sobre o de rapazes. Comparando-se as características das famílias das moças e dos rapazes nota-se que esses últimos contam com uma maior proporção de mães professoras e de pais profissionais liberais. As famílias das mulheres, por sua vez, são, em maior proporção, compostas por pais pequenos proprietários do comércio e serviços e mães donas-de-casa.

Estes dados parecem apoiar a idéia de que a submissão às exigências ascéticas de uma escolarização bem sucedida é mais freqüente entre as filhas do que entre os filhos dos pequenos proprietários. Nessa lógica, a dedicação dos rapazes aos estudos estaria mais associada à presença de recursos escolares em circulação na família, como a proximidade da mãe ao espaço escolar e a maior escolaridade dos pais.

Como foi visto anteriormente, entretanto, a manutenção da imagem do colégio como “escola de elite” esteve relacionada à sua capacidade de controle da

origem, mas principalmente do destino de sua clientela. Se o exame de seleção deixara, na década de setenta, de ser suficiente para garantir a homogeneidade social dos alunos, o colégio continuava a utilizar determinadas estratégias que vão tentar minimizar a ameaça representada pela diversidade de origem à efetividade de seu trabalho pedagógico.

Anatomia da Experiência Escolar

Ao que parece, uma prática ancestral do colégio continuava a ser vista, ainda na década de setenta, como elemento fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem: a classificação e ordenação de alunos por desempenho, buscando a formação de classes homogêneas¹⁶.

Os exames de seleção não eram os únicos, mas apenas os mais bruscos e visíveis dos mecanismos reguladores que compunham a rotina escolar do Culto à Ciência. Uma vez admitido o aluno era alocado em períodos e classes, sempre segundo o critério de desempenho, sendo que muitas vezes isto significava atividades e professores diferentes. O toque liberal advinha da possibilidade de acesso, a cada princípio de ano, a uma classe melhor posicionada, ou mesmo a outro período(os diurnos mais valorizados que os noturnos), na existência de vagas.

Pensava-se garantir assim as condições necessárias para o melhor desenvolvimento de um currículo que permanecera inalterado por pelo menos duas décadas, a não ser pela inserção da disciplina Educação Moral e Cívica e Organização social e política do Brasil, depois do golpe militar. O 3º ano caracterizava-se por uma orientação mais preparatória, bastante diferente da que começaria a ser implantada logo a seguir¹⁷.

Quanto à metodologia de ensino, a análise de trechos da obra “Preceitos Escolares Coleccionados especialmente para o Collegio Culto à Sciencia” escrita por

¹⁶ Bastante difundida nos meios pedagógicos da época, tal prática-é bastante coerente com a Doutrina Positivista preconizada por muitos dos membros fundadores do colégio.

¹⁷ O parecer 2943/75 promoveu alterações no currículo já em 1976, para a turma que ingressava no 1º ano do 2º grau. A título de exemplo, segue o currículo do curso Habilitação Parcial- Auxiliar de Patologia Clínica : 1º ano - núcleo comum (disciplinas do currículo antigo), 2º ano- núcleo comum, parte diversificada e disciplinas profissionalizantes (História, Geografia, EMC, Técnica em Redação, Química e Biologia e Matemática aplicadas, Noções de Anatomia, Ciências e Programas de Saúde, Inglês, Fundamentos e Biologia Celular), 3º ano- parte diversificada e disciplinas profissionalizantes (Técnica de Redação, Bioquímica, Física e Química aplicadas, Noções de Anatomia e Fisiol., Fundamentos, Microbiologia e Parasitologia). As três disciplinas com maior carga horária são: Téc. de Redação, Noções de Anat. e Fisiol. e Fundamentos.

Jorge Miranda em 1876, mostra que os preceitos e recursos utilizados permaneceram conservados, do incentivo ao uso do quadro negro (a “grande pedra”) à atenção especial dada à postura corporal do aluno, cuja “ mão sobre a mesa e a penna, lapis ou estylete deve ser muito bem cuidada”¹⁸.

Segundo Amaral Lapa, já na época invocava-se o modelo americano para defender “o sensorial”. Para que a realidade pudesse ser melhor conhecida e usada, era preciso que esta fosse aprendida através do olhar e do contato direto com os objetos, prestando-se para tanto o Museo Escholar. Este museu acabou se desdobrando nos três laboratórios de física, química e biologia e na sala de geografia, com mapas e maquetes, que continuavam a ser utilizados em 1976.

A concepção de aprendizagem envolvia sobretudo a memorização de conteúdos, avaliada através de provas escritas e orais. As leituras ou exercícios de casa não eram avaliadas, ficando vinculadas ao interesse e responsabilidade de cada um.

Não obtido o resultado mínimo, o aluno realizava um exame, que incluía todo o conteúdo ministrado. Se ainda não aprovado, o aluno era submetido aos exames de 2ª época, realizados um pouco antes do início do próximo ano letivo, sendo que a não obtenção da nota necessária significava reprovação.

A disciplina era a pedra lapidar sobre a qual se apoiava a formação oferecida pelo Culto à Ciência. Da postura corporal, dentro e fora da sala de aula, ao respeito aos agentes e às normas institucionais, tudo era controlado e as transgressões punidas.

A firmeza disciplinar também permeava outro componente importantíssimo da proposta educacional do colégio: a Educação Física. Se cabia ao ensino forte e rigoroso a formação do intelecto dos alunos, a ela cabia a formação de seus corpos e espíritos.

Obrigatória para todos, além do físico visava o desenvolvimento moral pela veiculação sistemática de valores: o papel do esforço pessoal na conquista de objetivos, a importância do trabalho em equipe, a necessidade de superação dos limites, os efeitos nocivos da negligência e da preguiça.

Este processo era intensificado para os atletas que participavam das seleções esportivas: o pertencimento às equipes esportivas era uma importante estratégia

¹⁸ LAPA, José Roberto do Amaral (1996), “Campinas: Os cantos e os Antros: 1850-1900”, SP: Edusp, p.163-182.

de diferenciação no interior da instituição pelo efeito de consagração daí advindo, tornando-o bastante desejado. As alianças decorrentes da convivência proporcionada pela rotina de treinamentos e participação nos campeonatos se estendiam além do colégio, possibilitando uma interação mais “íntima” entre grupos distintos, convites para clubes, festas e viagens, entre outras coisas. Esta relação de proximidade consistia uma importante estratégia de ampliação de capital social.

Se essas práticas, já na época consideradas ultrapassadas, eram eficientes na formação do perfil tradicional de aluno do Culto à Ciência, muito do seu sucesso era devido ao tempo de permanência do aluno no colégio. Sendo admitido com cerca de dez ou onze anos, o aluno era desde cedo impregnado pelas idéias, valores e normas ali vigentes, internalizando-as como suas. O rigor e a disciplina, vistos como fundamentais para sua vida futura, eram naturais e avaliados com complacência pelos alunos.

Ao que tudo indica é exatamente a forma como é implementada a eficiência educacional do Culto à Ciência, particularmente o seu apego a práticas que passam a ser julgadas como tradicionalistas e conservadoras, que vai progressivamente inviabilizá-lo como espaço desejável de escolarização para as famílias dirigentes de Campinas, interessadas em acompanhar os ventos modernos que sopram na sua cidade. Relegado à formação de grupos mais dominados, ainda que em processo de ascensão social, o colégio perde a capacidade de conter o ímpeto transformador da reforma educacional da década de setenta, que concretiza, de fato, a mudança de seu lugar social.

Sendo tradicional demais, o Colégio deixara de atender às expectativas de uma parte de sua antiga clientela, obrigado a abandonar sua tradição, não atendia os que a ela desejavam, isto é, os filhos das famílias menos escolarizadas e ocupando postos de trabalho mais modestos que vinham se beneficiando da disciplina rígida e do ensino forte oferecidos por um colégio público e gratuito.

Considerações Finais

A história do Culto à Ciência mostra a força dos grupos dominantes em reservar para si próprios espaços de produção da competência escolar no interior do sistema de ensino, e a impotência dos grupos mais dominados em garantir uma utilização da escola que lhes permita uma melhor inserção social.

A utilização da boa escola só tem sido permitida a esses últimos em situações temporárias e de exceção, quando, por exemplo, os grupos dominantes são,

inadvertidamente, obrigados a aceitá-los nos seus redutos. E ela cessa assim que esses conseguem encontrar uma outra alternativa de escolarização para seus filhos. O estudo mostra que nisso os grupos mais privilegiados têm sido bastante auxiliados pela escola privada.

Tudo isso pede por uma agenda de pesquisa que contemple de fato as articulações entre as diferentes formas escolares que compõem o sistema de ensino nacional. Nesse sentido, a relevância imediata do estudo do Culto à Ciência, num momento em que se discute o destino da universidade pública brasileira, reside a meu ver principalmente na sua capacidade de levantar questões sobre os efeitos, para a estrutura de dominação social, do lugar atribuído à escola pública na sociedade brasileira. A partir dele é possível se perguntar muito concretamente se não estaremos assistindo, agora no âmbito da universidade, uma reedição do processo que retirou do Culto à Ciência a possibilidade de se impor também como uma escola pública de qualidade para os grupos mais desfavorecidos.

Bibliografia

AFFONSO, Cleide M. de Lucca e PINTO, Maria Nívea (1986), *Culto à Ciência, Cento e Treze Anos a Serviço da Cultura*, Campinas, sem editora.

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de (1999), *A Escola dos Dirigentes Paulistas*, Tese de Doutorado: F.E., UNICAMP.

BADARÓ, Ricardo de S. Campos (1996), *Campinas: o Despertar da Modernidade*, Campinas: Área de Publicações CMU-UNICAMP

BAENINGER, Rosana (1996), *Espaço e tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do Pólo Industrial Paulista*, Campinas: CMU UNICAMP

BAUDELLOT, Christian et ESTABLET, Roger (1992), *Allez les filles*, Paris:Seuil

BOURDIEU, Pierre et BOLTANSKI, (1977) [1973], "Changes in the Social Structure and Changes in the Demand for Education" in pp. 197-227, *Contemporary Europe: Social Structures and Cultural Patterns*, London: Routledge and Kegan Paul, dirigido par Scott Giner e Margaret Archer..

LAPA, José R. do Amaral (1996), *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850 - 1900*, São Paulo, Ed. da USP.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de (1981), *O ideário Republicano e a Educação : O Colégio Culto à Ciência de Campinas-1869 a 1892*, Dissertação de Mestrado, F.E. USP.

NORONHA, O. M., RIBEIRO M. L., XAVIER M. E., (1994), *História da Educação: a Escola no Brasil*, São Paulo: FTD.

PAULA, Carlos Francisco de (1946), *Culto à Ciência: Colégio, Ginásio e Colégio Estadual*, Monografia Histórica, Campinas

ROMANELLI, Geraldo (1986), *Famílias de Classe Média*, Tese de Doutorado, Universidade

VALLE SILVA, Néelson do (1992), *Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil* (xerox).